

A CIDADE DO SALVADOR NO SÉCULO XVII: EDIÇÃO E ANÁLISE DISCURSIVA DOS HOMENS-BONS

Gilberto Nazareno Telles Sobral (UNEB)
gsobral@uneb.br

1. Introdução

A filologia, enquanto campo do saber que tem, entre os seus princípios, uma preocupação com o resgate de acervos documentais, inclusive os manuscritos, tem sido fundamental na conservação e na transmissão de documentos que materializam a cultura de um povo.

Segundo Priego (1997, p. 9),

Desde La perspectiva científica que em rigor postula La investigación literaria, resulta imprescindible y necesariamente previa a cualquiera de sus planteamientos La contribución de la filología, entendida ésta em su más estricto sentido, esto es, como ciencia que se ocupa de La conservación, restauración y preservación editorial de los textos.

Infelizmente, no Brasil, a carência de políticas públicas voltadas para a preservação desta memória tem sido responsável pelo desaparecimento destes importantes testemunhos. A partir da edição de um documento, vários estudos podem ser realizados.

Para Le Goff (2003, p. 537-538),

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento, (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmitificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. (...)

Assim, objetivou-se, neste trabalho, editar um documento manuscrito produzido pelos camaristas da cidade do Salvador no século XVII e compreender alguns processos de significação destes sujeitos discursivos, a partir dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso (doravante AD) filiada a Michel Pêcheux.

2. Um pouco de história

Em 1530, chega ao Brasil, comandada por Martin Afonso de Sousa, a primeira expedição colonizadora de Portugal, que tinha, além do objetivo de povoamento, a tarefa de explorar economicamente as terras brasileiras. Cabia à colônia fornecer a baixo custo, entre outras coisas, matéria-prima não produzida pela metrópole e o consumo de produtos manufaturados, a preços elevados, vindos de Portugal. Assim as colônias eram uma forma de manutenção do poder das metrópoles. Consequentemente, todos os problemas da metrópole, de alguma maneira, refletiam nas condições de sobrevivência dos países colonizados.

A primeira metade do século XVII, por exemplo, foi um período de dificuldades para a colônia brasileira, em especial a Cidade do Salvador, em virtude de grandes conflitos no continente europeu. Em 1624, ocorreu a primeira tentativa de conquista holandesa no Brasil, cujo alvo era exatamente Salvador, por ser a capital da colônia. Ressalta-se que de 1580 até o ano de 1640, o rei da Espanha também era o rei de Portugal, período conhecido como União Ibérica. Com a chamada Guerra da Restauração, em 1 de dezembro de 1640, instaura-se a casa de Bragança, na qual D. João IV é aclamado rei de Portugal. Até a restauração portuguesa, o Brasil enfrentou muitas crises que afetaram gravemente a vida do seu povo. Após a restauração, as câmaras municipais, que sempre desfrutaram de prestígio e domínio na administração das cidades brasileiras, vivenciaram a diminuição de seus poderes. Com a criação do Conselho Ultramarino, em 1640, Portugal buscou retomar, a partir de uma política centralizadora, a administração da colônia. Em consequência das severas medidas, os membros das câmaras municipais brigavam pela manutenção de seu poder. Era frequente, por exemplo, o envio de

cartas à Coroa Portuguesa denunciando o precário estado das cidades brasileiras, ao mesmo tempo em que solicitavam solução para os problemas locais. Estas breves considerações históricas objetivam contextualizar o documento aqui estudado, que é uma carta enviada a Portugal em 30 de abril de 1641 em resposta à enviada por D. João IV, em 04 de março de 1641.

3. *A câmara municipal de Salvador e o Arquivo Histórico*

A câmara municipal de Salvador é estruturada em 1540 com a fundação da cidade. Tornou-se uma das mais importantes pelo fato de Salvador ser a primeira capital da colônia brasileira. Durante o período colonial, era um órgão de poder legislativo, executivo e judiciário, que atuava como representante dos interesses de toda a população.

Segundo Ruy (1996, p. 30),

a organização municipal, como em todo período colonial, não era nessa época o produto de uma necessidade societária, indicando tipo de governo próprio, maneira de administração, necessidade de conjunto, mas sim a projeção do Governo da metrópole.

Apesar do dever de obediência à Coroa Portuguesa, mantinha uma autonomia municipal em relação à autoridade dos administradores da Metrópole, visto que, na prática, o poder estava nas mãos dos aristocratas – os chamados homens-bons –, que controlavam as câmaras municipais, o que resultava em conflitos com outras autoridades.

Enquanto órgão administrativo, muitos foram os documentos envolvidos em seu funcionamento: alvarás e posturas régias, requerimentos da população, além daqueles produzidos pela câmara, tais como atas e cartas encaminhadas a Portugal, as quais eram o principal meio no estabelecimento da relação colônia-metrópole. A vasta documentação da câmara de Salvador encontra-se sob a guarda do Arquivo Histórico Municipal, inaugurado em 10 de abril de 1932.

A pesquisa, da qual este trabalho apresenta um dos resultados, consiste na preservação e divulgação de parte do acervo do referido arquivo, através de edições de cartas encaminhas a Portugal entre os séculos XVI e XVIII.

4. O corpus

O *corpus* deste trabalho é um documento composto pelos fólhos 15 e 16 recto e verso do *Livro de Registro de Cartas a Sua Magestade*, tomo nº 28.6. Os manuscritos encontram relativamente danificados pela ação do tempo. Todos os fólhos, no recto, são rubricados à margem superior direita.

Em relação à estrutura do documento, é composto de protocolo, parte inicial do documento, no qual os camaristas indicam o destinatário da carta, Sua Magestade, e o assunto a ser tratado. Em seguida tem-se o texto. Por fim, há o escatocolo, composto, geralmente, por uma saudação, seguida da indicação do local em que o documento foi produzido, da datação e das assinaturas do escrivão e demais membros da câmara.

4.1. Critérios adotados na transcrição

Objetivando a preservação das características linguísticas e ortográficas do testemunho, realizou-se uma edição semidiplomática, a partir dos seguintes critérios:

- Indicou-se do número do fólho à margem direita;
- reproduziu-se fiel do manuscrito (grafia, pontuação, acentuação etc.);
- mantiveram-se as formas grafadas unidas ou separadas;

- desenvolveram-se as abreviaturas com o auxílio de parênteses;
- numerou-se o texto, linha por linha, indicando a numeração de cinco em cinco, desde a primeira linha do fólho, reiniciando a numeração no fólho seguinte.

4.2. A transcrição dos manuscritos

F. 15r

[rubrica]

Copia da Carta que os Oficiaes da Camara desta Cidade que servem o anno presente mandaraõ a Sua Magestade feita entrinta de Abril de digo de Abril em Resposta da queti= veraõ de Sua Magestade de quatro de Março do d[it]o anno// 5

Senhor= Foi Vossa Magestade de Servido mandar nos declarar por carta de quatro de Março o que dispunha no Governo deste Estado em que 10

Vossa Magestade fica obedecido edesde odia e que chegou o primeiro avizo de Vossa Magestade estar restituído e jura= do neste Reino por verdadeiro Rei e Senhor que se jafele= 15 20

cissimos annos como Vossa Magestade averá entendido dos Avizos que partiraõ, em que Representamos as demonstra= trações e affectos dálma com que estes Vassallos receberaõ 25

F. 15v

eaclamaraõ seu Nome com grande esperança devermos

ens de Graça por esta Mercê
 enos faz pedindo-lhes nos con=
 serve mais largos annos com=
 mais felices sucessos a Catoli=
 ca e Real Pessoa de Vossa Ma= 25

F. 16 v

Magestade como a Christandade
 eseus Vassalos havemos mister Ba=
 hia detodos os Santos trinta de
 Abril de mil eseis centos qua[ren]=
 ta e hum annos o qual trasla=
 do lancei aqui para que atodo 5
 o tempo conste// Sebastião da Ro=
 cha Pitta// Escrivão da Cama=
 ra o escrevy, Sebastião da Ro=
 cha Pitta// Foi assignada esta 10
 Carta pelos Officiaes daCamara
 Marcos Pinheiro Juis// Salva=
 dor Rabelo Vereador// Gaspar
 Pacheco deCastro vereador//
 Pedro de Oliveira// P[rocurador] do Cons[elho]// 15

5. *O sujeito discursivo e os efeitos de sentido*

O objeto de estudo da AD é o discurso, isto é, efeito de sentidos entre locutores. Em AD, não se busca a apreensão de sentido, indicando-o como único, mas a sua forma de produção. A AD de linha francesa coloca no centro de suas questões teóricas a noção de sujeito. O indivíduo, sendo interpelado pela ideologia, torna-se sujeito do discurso, o qual se inscreve em uma determinada formação discursiva (FD) pela forma-sujeito.

Segundo Pêcheux (1997, p. 160),

chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.).

Ressalta-se que, para a AD, o sujeito não enuncia na sua individualidade, mas, por ser um sujeito inscrito na história, afetado pelo inconsciente e pela ideologia. Na materialidade analisada, o dizer dos camaristas, a partir de uma FD político-administrativa, inscrevem-se em uma posição-sujeito que abrigava os saberes dos administradores da Cidade do Salvador, que reconheciam D. João IV como rei de Portugal e a ele deviam obediência. Observa-se o funcionamento do interdiscurso, visto que as declarações dos camaristas remetem a um discurso-outro, a outros já-ditos, como é possível verificar na sequência discursiva seguinte:

Foi Vossa Magestade Servido mandar nos declarar por carta de quatro de Março oque dispunha no Governo deste Estado em que Vossa Magestade fica obedecido edesde odia êque chegou oprimeiro avizo de Vossa Magestade estar restituído ejurado neste Reino por verdadeiro Rei e Senhor...

Ao enunciar “chegou oprimeiro avizo deVossa Magestade estar restituído ejurado neste Reino por verdadeiro Rei e Senhor”, produz-se o efeito de sentido de existência anterior de um rei que não era reconhecido com tal, o que reforça o sentimento de fidelidade à coroa portuguesa.

Apesar de se declararem *vassalos* e, nesta condição, reafirmarem uma posição de obediência, nas sequências discursivas seguintes, o sujeito aí constituído indica um posicionamento discursivo a partir do lugar de representante dos anseios do povo soteropolitano, produzindo o seu discurso alicerçado na esperança das providências que esperavam do rei. Destaca-se que esta relação entre vassalos e rei estabelecia-se numa relação de troca, na qual o rei estava comprometido com o bem comum, o que incluía os interesses próprios dos fiéis vassalos.

Estes Vassalos receberão eaclamaraõ seu Nome com grande esperança devermos no nosso Reino huma Monarquia digna do Imperio de Vossa Magestade por ordem de Vossa Magestade mandaram os Governadores levantar os tributos que estavaõ de novo postos nesta terra oferta natural da Grandeza ePiedade de Vossa Magestade

pedimos a Vossa Magestade lançados em seus Reaes Pez mande acudir neste Estado esocorrer nesta Praça para que anecessidade dos Soldados

não cauze nos moradores vexações como costuma ser faltando-lhe sustento

É importante destacar que, por trás da aparente relação de obediência e de comemoração declarada na carta pela restituição do poder a Portugal, como pode ser verificado na sequência discursiva seguinte, a expressão do não poder, porém desejar uma comemoração maior, produz o efeito de sentido de denúncia da difícil situação econômica da cidade.

estavamos continuando as festas, que esta Cidade fez em demonstração de alegria de termos aVossa Magestade restituído nestes Reinos que duraraõ dez dias com assolenidades aque assolenidades aque nosso estado pode chegar sendo muito menos do que o desejo nolo pedia emerecia esta ocasião avendo que do principio com asProcissoens que sefizeraõ em açoens de Graça por esta Mercê...

Finalizando a carta, os membros da câmara inserem-se numa FD religiosa ao manifestarem os seus sentimentos em relação à pessoa do rei, como pode ser visto na seguinte sequência discursiva. Além das questões religiosas, faz-se necessário destacar a necessidade de uma boa relação com a Igreja, já que esta tinha uma forte influência também em questões políticas.

com asProcissoens que sefizeraõ em açoens de Graça por esta Mercê e nos faz pedindo-lhes nos conserve mais largos annos com mais felices sucessos a Catolica e Real Pessoa de Vossa Magestade como a Christandade.

6. Conclusão

Inicialmente, comprova-se o valor do trabalho no campo filológico, tendo em vista o resgate e a divulgação de mais um importante testemunho, o qual registra um momento decisivo da história político-administrativa brasileira. A partir da análise discursiva, observa-se que os sentidos construídos representam um saber que se constitui a partir do lugar de autoridade assumido pelo sujeito do discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR. *Cartas do Senado a Sua Magestade*. Salvador: Câmara Municipal/ Fundação Gregório de Matos, 1994/1996. Documentos Históricos do Arquivo Municipal.

GRIGOLETTO, Evandra. A noção de sujeito em Pêcheux: uma reflexão acerca do movimento de desidentificação. *Estudos da Língua(gem)*. N. 1. Vitória da Conquista: UESB, 2005.

LE GOFF, J. *História e memória*. Trad. Irene Ferreira et al. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3 ed. Tradução Eni Orlandi et alli. Campinas: EDUNICAMP, 1997.

PRIEGO, Miguel Ángel Pérez. *La edición de textos*. Madrid: Editorial Síntesis S.S, 1997.

RUY, Afonso. *Historia política e administrativa da cidade do Salvador*. Salvador: Beneditina, 1949.

RUY, Afonso. *História da câmara municipal da cidade de Salvador*. 2.ed. Salvador: Câmara Municipal de Salvador. 1996.